

Crise no mercado chinês não afetará ponte SSA-Itaparica, diz Leão

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O vice-governador da Bahia e secretário estadual do Planejamento, João Leão (PP), garantiu ontem que a crise no mercado chinês não afetará a construção da ponte Salvador-Itaparica. Na semana passada, a Evergrande, que é uma empresa gigante do setor imobiliário chinês, informou que não conseguiria cumprir os pagamentos de juros da dívida. O anúncio provocou uma derrubada das bolsas de valores pelo mundo, com receio de calote.

"Não tem nada a ver (a crise do mercado chinês e da Evergrande) com as duas empresas que estão aqui (na

Bahia). Absolutamente nada. Isso não tem nada a ver. Aqui nós já começamos (a ponte). Começamos com a sondagem da ponte", garantiu Leão, em entrevista à Tribuna.

Depois de criar uma expectativa de que o governo chinês ajudaria a empresa, diminuindo a chance de colapso, houve uma alta na bolsa de valores. O banco central chinês informou que injetou mais de US\$ 17 bilhões no sistema financeiro ontem, com o objetivo de acalmar o mercado, em meio às preocupações com a gigante imobiliária. Foi a maior injeção de curto prazo em oito meses.

A ponte Salvador-Itaparica será erguida por um consórcio chinês formado pela CR20 (China Railway 20 Bureau Group Corporation) e

pela CCCC (China Communications Construction). As empresas têm quatro anos para entregar o equipamento. Orçada em R\$ 5,3 bilhões, a ponte terá recurso de R\$ 3,8 bilhões dos empresários, já o governo baiano injetará R\$ 1,5 bilhão. Quando concluída, a ponte, que é uma antiga promessa dos governos petistas desde Jaques Wagner, será a segunda maior do Brasil, atrás apenas da Rio-Niterói.

O governo da Bahia tem dito que o pedágio da ponte custará entre R\$ 22 e R\$ 110, sendo R\$ 44 para veículos de passeio em dias de semana. Segundo a gestão estadual, o valor é semelhante ao que se paga atualmente para atravessar um carro no atual sistema ferryboat – R\$ 45,70 para veículos de passeio.



JOÃO LEÃO garantiu ontem que a crise no mercado chinês não afetará a construção da ponte Salvador-Itaparica

Ontem, o vice-governador João Leão disse que o governo estadual aguarda a liberação dos licenciamentos pela prefeitura de Salvador para iniciar a construção da ponte. Segundo ele, o pontapé inicial para erguer o equipamento deve ocorrer entre

final de novembro e início de dezembro. "Nós precisamos agora das autorizações da prefeitura de Salvador, que nós já demos entrada. A própria empresa deu entrada", disse João Leão. No final de julho, o prefeito soteropolitano Bruno Reis (DEM) prometeu

que não atrapalharia a construção do equipamento.

"O Município não será empecilho. Pelo contrário, todas as autorizações de início de obras, retirada de obras, licenciamento contará com todo o apoio do Município", declarou, na época.

PÓS-2022

Progressista nega que Lula lhe ofereceu ministério



LULA teria oferecido ministério a João Leão caso vença a eleição presidencial no próximo ano

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O vice-governador João Leão (PP) negou, em entrevista à Tribuna, que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenha lhe oferecido um ministério, caso o petista vença a eleição presidencial no próximo ano.

Wagner ressaltou ainda que o vice-governador não ficará "desamparado". "A gente ganhando o governo (Leão) fica com a gente, se Lula ganhar a presidência pode virar ministro. Essa foi uma oferta", disse o senador petista. Leão negou a proposta. "Não (teve essa oferta). Diga a ele (Wagner) que eu quero que Lula me convide para ser governador. A mim, não conversamos nada sobre isso. Meu interesse é ser governador da Bahia. Meu foco", garantiu o

vice-governador, em entrevista à reportagem.

Leão não pode ser candidato a vice-governador no próximo ano, por já ter tido dois mandatos consecutivos. Ele só pode ser postulante a governador ou ao Senado. No entanto, estas vagas são consideradas ocupadas pelos senadores Jaques Wagner e Otto Alencar (PSD), respectivamente. Nos bastidores, o comentário que circulou ontem é de que Leão pode abdicar de disputar a eleição no próximo ano. Em troca, o seu partido comandaria a presidência da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) em 2023. Também ficaria com a vaga do conselheiro Raimundo Moreira no Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), e teria a preferência para indicar duas secretarias no eventual governo de Jaques Wagner.

O vice-governador voltou a negar que tenha feito qualquer pleito. "Não existe absolutamente nada disso. Fui deputado federal por 20 anos. Já fui vice por seis anos. Agora, chegou a minha vez de ser governador", salientou. Nos corredores da política, também se comenta que a pressão de Leão é com a intenção do governador Rui Costa (PT) renunciar ao posto, e ele assumir. Segundo aliados, o vice quer fechar a carreira política com "chave de ouro", mesmo sendo governador apenas por oito meses.

O deputado federal Cacá Leão (PP), que é filho do vice, confirmou o desejo do partido. "Isso foi conversado em um almoço e é conversado em todo canto. A política ferve por essa questão. O movimento do governador talvez seja o mais importante para

ACORDO

Nos bastidores, o comentário que circulou ontem é de que Leão pode abdicar de disputar a eleição no próximo ano. Em troca, o seu partido comandaria a presidência da Assembleia Legislativa da Bahia.

2022. Claro que a gente deseja. Não esconde de ninguém. É o nosso desejo, até pela importância do nome do governador", falou, em entrevista ao programa "Política na Mesa", da TV Câmara Salvador.

Entidades reagem a crítica de Otto Alencar sobre cuidados paliativos

O INESCO e o Instituto PALLIARE divulgaram nota em que repudiam as declarações

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O senador Otto Alencar (PSD-BA) causou polêmica durante a sessão desta semana da CPI da Covid ao fazer um comentário em relação aos chamados "médicos paliativistas" – aqueles responsáveis por diminuir a dor de pacientes acometidos por doenças sem cura. Ao longo do depoimento do diretor-executivo da Prevent Senior Pedro Benedito Batista Júnior, Alencar afirmou que o plano de saúde instituiu tratamentos paliativos de forma indiscriminada.

"Ouvimos muitos médicos dizendo, confirmando que tira-

vam da UTI, botavam na enfermaria e faziam a 'paliatização'. O seu hospital criou uma nova especialidade: 'paliatistas'. E que iam para a bomba de morfina para sedar, para não sentir dor, ou para o sucedâneo da morfina", disse Otto.

O INESCO e o Instituto PALLIARE de Londrina divulgaram nota em que repudiam veementemente as declarações feitas. "O senador refere-se aos Cuidados Paliativos como 'especialidade macabra', chama os paliativistas de 'paliatistas' e iguala as ações dos Cuidados Paliativos aos da eutanásia. Múltiplas evidências de ignorância, demonstrando que 'macabra' é essa con-

cepção errônea, prestando, portanto, um desserviço ao movimento paliativista brasileiro e a todos os profissionais espalhados pelo território brasileiro envolvidos com esse importante trabalho", critica.

As entidades afirmam ainda que "a temática dos cuidados paliativos vem sendo debatida mundialmente em inúmeros congressos internacionais, nos Estados Unidos, Europa e Ásia, e tem conceitos muito bem definidos, entre eles, o respeito à vida e à dignidade humana". "Nesse sentido, esforços para ampliar o conhecimento e o acesso aos Cuidados Paliativos, são necessários em todas as frentes da soci-

idade, pautando-se sempre na saúde, no cuidado e na ciência", finaliza a nota.

A Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP) também reagiu à abordagem do parlamentar. "Segundo a Organização Mundial da Saúde, Cuidados Paliativos são 'uma abordagem que melhora a qualidade de vida de pacientes (adultos e crianças) e seus familiares, que enfrentam doenças que ameaçam a vida. Previne e alivia o sofrimento através da identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e outros problemas físicos, psicológicos, sócio familiares e espirituais'", afirmou a entidade. "É uma atividade que merece respeito", declarou a ANCP.



OTTO ALENCAR causou polêmica durante a sessão desta semana da CPI da Covid ao fazer um comentário em relação aos chamados "médicos paliativistas"

Arrecadação soma R\$ 146,4 bi e bate recorde com alta de 7,25%

ALEXANDRO MARTELLO
G1

A Receita Federal informou ontem que a arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais atingiu R\$ 146,463 bilhões em agosto.

O resultado é recorde para meses de agosto, segundo a Receita. A série histórica do órgão, atualizada pela inflação, tem início em 1995. Com isso, o resultado representa a maior arrecadação para o mês em 27 anos.

Na comparação com o mesmo mês do ano passa-

do, quando a arrecadação foi de R\$ 136,556 bilhões (valor já corrigido pela inflação), houve aumento real de 7,25%.

A Receita Federal aponta que o resultado está relacionado com a melhora de indicadores econômicos, recolhimento atípico de impostos, além de uma redução nas compensações de tributos por empresas com crédito tributário. O Fisco apontou, por exemplo, que no mês passado a produção industrial subiu 1,78% e, o setor de serviços, cresceu 17,8%.

Os recolhimentos atípicos somaram aproxima-

damente R\$ 5 bilhões. Já as compensações, que em julho totalizaram R\$ 19,718 bilhões, recuaram para R\$ 13,509 bilhões no mês passado.

Apesar do crescimento registrado em agosto deste ano, os números da Receita Federal mostram que a arrecadação vem registrando desaceleração nos últimos meses. Em julho, por exemplo, o crescimento havia sido bem maior: de 35,47%.

Nos oito primeiros meses deste ano, ainda segundo dados oficiais, a arrecadação federal somou R\$ 1,199 trilhões.

Prédio do Ministério da Economia em Salvador é restaurado

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O Ministério da Economia inaugurou ontem a Central de Atendimento de Pessoal (CAPE) em Salvador. O evento contou com a presença do secretário executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, e da secretária de Gestão Corporativa, Danielle Calazans. Estão previstas inaugurações de vinte e quatro CAPEs em outros Estados até 2022.

Segundo a assessoria de imprensa do órgão, a

otimização dos espaços utilizados pela SRA/BA possibilitou o compartilhamento do edifício e rateio de despesas com outros órgãos federais. "A economia aos cofres públicos federais está estimada em valores superiores a R\$ 3,5 milhões por ano na unidade da Bahia", diz a pasta.

"Gastar da melhor forma possível o dinheiro do cidadão, para dar sempre o melhor retorno à população, é missão central para o Ministério da Economia. Isso não seria possível sem a racionalização do próprio Serviço Público, que deve necessariamente incluir tanto a

otimização dos espaços físicos quanto a valorização do servidor", afirmou o secretário Guarany na solenidade de inauguração. A modernização das instalações do prédio visa atender todos os órgãos localizados no mesmo edifício.

Atualmente, estão presentes oito representações estaduais de órgãos federais: SRA/BA (ME), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), CGU, Ministério da Saúde, ANVISA, Superintendência Regional do Trabalho (SRTb/BA, MTP), Fundacentro e Núcleo de Inteligência da Previdência e Trabalho.